

“Nós estamos lutando!”: Entrevista com Paulo Munurí professor indígena do povo Yawalapiti

Bianca Luiza Freire de Castro França¹

Email: bianca.castro.franca@gmail.com

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma entrevista feita com o professor Paulo Munurí, indígena da etnia Yawalapiti do Xingu, no estado do Mato Grosso. A entrevista foi realizada em 3 de julho de 2024 no âmbito de pesquisa de estágio pós-doutoral realizada em 2024 no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/Unirio) sob supervisão da Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues. O texto tem por objetivo abordar, no contexto das discussões da História Ambiental e História do Antropoceno, os impactos sofridos pelos indígenas brasileiros devido às mudanças climáticas extremas e dos eventos de queimadas ocorridos ao longo do primeiro semestre do ano de 2024. Espera-se que o relato do professor indígena Yawalapiti sirva como fonte de análise e reflexões sobre como a exploração não-sustentável dos recursos naturais pode afetar os diversos povos que vivem no Brasil em suas vidas, histórias e culturas.

Palavras-chave: História Ambiental; História do Antropoceno; Antropologia Ecológica; Indígenas do Brasil; Parque Nacional do Xingu

Abstract: This paper is an interview with Professor Paulo Munurí, an Indigenous person from the Yawalapiti ethnic group of Xingu, in Mato Grosso. The interview was conducted on July 3, 2024, as part of a postdoctoral research internship carried out in 2024 in the Postgraduate Program in History at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (PPGH/Unirio) under the supervision of Prof. Dr. Heloisa Maria Bertol Domingues. The text aims to address, in the context of discussions on Environmental History and the History of the Anthropocene, the impacts suffered by Brazilian Indigenous people due to extreme climate change and the fire events that occurred throughout the first half of 2024. It is hoped that the account of the Yawalapiti indigenous professor will serve as a source of analysis and reflection on how the unsustainable exploitation of natural resources can affect the diverse peoples who live in Brazil in their lives, histories, and cultures.

¹ Historiadora, Doutora em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC/FGV); Mestre em preservação de acervos de C&T (PPACT/MAST), com especialização em Sociologia (UCAM) e especialização em Docência (IFMG/Arcos). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6965076686458954>

Keywords: Environmental History; History of the Anthropocene; Ecological Anthropology; Indigenous Peoples of Brazil; Xingu National Park

Introdução

A presente entrevista foi concedida em 3 de julho de 2024 pelo professor Paulo Munurí, indígena da etnia Yawalapiti do Xingu, no estado de Mato Grosso, à historiadora Prof.^a Dr.^a Bianca Luiza Freire de Castro França por ocasião de sua pesquisa de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com supervisão da Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues.

O projeto de pesquisa intitulado *“É possível nos salvar da Queda do Céu?”: proposições antropológicas e nativas para o uso social da tecnologia indígena (séculos XX-XXI)*, pertence à linha de pesquisa Cultura, Poder e Representações, com Área de Concentração em História das Ciências Naturais, Ecologia e Antropologia e tem como objetivo levantar e analisar as principais proposições antropológicas para o uso social da tecnologia indígena, no Brasil durante o século XX, contextualizando a produção dos(as) antropólogos(as) criadores dessas proposições, e que se debruçaram a estudar a população indígena amazônica, na História da Antropologia brasileira. Com isso, busca fazer diálogos contemporâneos entre as teorias revisitadas e as atuais demandas identitárias dos povos indígenas brasileiros pela valorização dos Etnosaberes.

Ou seja, a pesquisa busca compreender como a produção tecnológica e cultural dos indígenas brasileiros, com foco no território amazônico, vem sendo afetada pelos eventos climáticos extremos. Essa produção tecnológica e cultural dos indígenas brasileiros foi vastamente estudada ao longo do século XX por antropólogos, arqueólogos, historiadores, dentre outros pesquisadores. A antropóloga Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997) defendia a ideia de que era preciso que a sociedade ocidental aprendesse com os indígenas seus conhecimentos sobre o manejo hídrico e agrícola, o conhecimento da fauna e da flora e a exploração dos recursos naturais de forma não predatória (RIBEIRO, Berta G., 1983; 1986; 1990).

Porém, no século XXI, como podemos aprender com esses Etnosaberes se a ganância dos não-indígenas e a exploração capitalista desenfreada dos meios naturais, conseguiu mudar o clima no mundo à ponto de aumentar a temperatura do planeta, causar secas e alagamentos em diferentes lugares e esses impactos chegaram na produção técnica dos povos nativos?

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) revelam que 278.299 focos de incêndios florestais foram contabilizados no Brasil em 2024. Esse número representa um aumento de 46,5% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizadas 189.901 ocorrências. Antes de 2024, o número mais alto registrado pelo Inpe havia sido em 2010 com 319.383 casos².

A Amazônia representa 81% do total queimado no mês de novembro de 2024. Os 1,8 milhão de hectares representam o dobro em relação à média para o mês nos últimos seis anos. O tipo de vegetação nativa que mais queimou foram as florestas, com 37% da área queimada (662 mil hectares)³. Setenta por cento das queimadas no Brasil em 2024 destruíram a vegetação nativa. Só em agosto, 65% dos incêndios destruíram este tipo de área no país. O Acre, Tocantins, Rondônia e Mato Grosso tiveram quase todo o território em estado de emergência, no ano inteiro de 2024⁴.

Segundo matéria da Carta Capital, em julho de 2024, 92% das terras indígenas da Amazônia Legal estavam em situação de seca, o que representa 358 das 388 reservas⁵.

² Ver em: CNN Brasil. “**Brasil registrou 278,3 mil focos de incêndio em 2024, diz Inpe**”. 02 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://cnnbrasil.com.br/nacional/noticias/brasil-registrou-2783-mil-focos-de-incendio-em-2024-diz-inpe/#:~:text=Dados%20do%20Instituto%20Nacional%20de,quando%20foram%20contabilizadas%20189.901%20ocorr%C3%AAsncias..> Acesso em: 09 de janeiro de 2025

³ Ver em: MAPBIOMAS Brasil. “**Área queimada no Brasil até novembro quase dobra em relação a 2023 e é recorde nos últimos seis anos**”. 16 de novembro de 2024. Disponível em: [https://brasil.mapbiomas.org/2024/12/16/area-queimada-no-brasil-ate-novembro-quase-dobra-em-relacao-a-2023-e-e-recorde-nos-ultimos-seis-anos/#:~:text=Os%201%2C8%20milh%C3%A3o%20de,2024%20\(662%20mil%20hectares\)..](https://brasil.mapbiomas.org/2024/12/16/area-queimada-no-brasil-ate-novembro-quase-dobra-em-relacao-a-2023-e-e-recorde-nos-ultimos-seis-anos/#:~:text=Os%201%2C8%20milh%C3%A3o%20de,2024%20(662%20mil%20hectares)..) Acesso em: 09 de janeiro de 2025

⁴ Ver em: Brasil de Fato. “**70% das queimadas no Brasil em 2024 destruíram vegetação nativa**”. 14 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/14/70-das-queimadas-no-brasil-em-2024-destruiram-vegetacao-nativa#:~:text=Os%20dados%20tomam%20como%20base,completo%20em%20estado%20de%20emerg%C3%AAncia.&text=Em%20entrevista%20ao%20canal%20GloboNews,do%20Sul%20e%20o%20Sudeste.> Acesso em: 09 de janeiro de 2025

⁵ Ver em: Carta Capital. “**Mais de 90% das terras indígenas da Amazônia Legal enfrentam seca, diz estudo**”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/mais-de-90-das-terras-indigenas-da-amazonia-legal-enfrentam-seca-aponta-estudo/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025

Se o território amazônico, que foi um dos últimos a serem ocupados na história do Brasil⁶, se encontra dessa forma, o que diremos da situação dos povos indígenas do Cerrado, por exemplo, bioma que em 30 anos pode sofrer extinção⁷ e que está sendo gravemente afetado pelas queimadas de 2024?

O Parque Indígena do Xingu (antigo Parque Nacional do Xingu), reúne em sua área de 2.642 hectares, 6.177 pessoas de dezesseis povos indígenas diferentes: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamaiurá, Kawaiwete (Kaiabi), Khisêjtjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukwá, Naruvotu, Tapayuna, Trumai, Wauja, Yawalapiti e Yudja.

Essa é a primeira terra indígena demarcada pela União, em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros (1917-1992). Seus idealizadores foram os irmãos Cláudio, Orlando e Leonardo Villas Boas, importantes sertanistas e indigenistas brasileiros. O antropólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), que na época era funcionário do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi responsável por redigir o projeto. Participaram também o antropólogo Eduardo Galvão (1921-1976) e o médico Noel Nutels (1913-1973). O território responde à jurisdição da Amazônia Legal.⁸

E é no Parque Indígena do Xingu que vivia até 2024 o professor Paulo Munurí. Munurí, licenciado pelo Núcleo *Takinahakỹ* de Formação Superior de Professores Indígenas da Universidade Federal de Goiás. Atualmente, Paulo fundou sua própria aldeia com um grupo de famílias da etnia Yawalapiti, no município de Gaúcha do Norte. Munurí é autor do texto “O Surgimento da Música Wüpü (Flauta) para o Povo

⁶ A ocupação europeia na Amazônia começa no século XVI. Grande parte do que é conhecido hoje por Amazônia pertencia aos espanhóis, na divisão do Tratado de Tordesilhas, em 1494. Porém, as primeiras expedições à região começaram no século XVI. Entre o século XVII e o século XIX, os portugueses ocuparam a região Amazônica utilizando estratégias de missões religiosas, política pombalina e fortalezas. No final do século XIX, com a Revolução Industrial, houve um grande “boom” da exploração da borracha na Amazônia brasileira. Centenas de nordestinos migraram para a região para trabalhar nos seringais. Já no século XX, durante o regime militar, na década de 1970, a construção da rodovia Transamazônica deu início ao desmatamento da área como conhecemos hoje. Durante o regime militar também foi realizada a Operação Amazônia, que pode ser resumida como uma operação conjunta entre o Governo Federal, os Governos Estadual e Municipal para “desenvolver” a região. Ver: RIBEIRO, Berta G. (1990)

⁷ A tese de extinção do Cerrado foi apresentada em um artigo de pesquisadores do Instituto Internacional para a Sustentabilidade (IIS) e de outras instituições nacionais e internacionais, divulgado em 2017 na revista científica *Nature Ecology and Evolution*. Disponível em: <https://www.sema.df.gov.br/em-30-anos-cerrado-brasileiro-pode-ter-maior-extincao-de-plantas-da-historia/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2024

⁸ Para saber mais sobre o Parque Indígena do Xingu, ver em: **Terras Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3908>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025

Yawalapiti” publicado no e-book *Novas Proposições para o Uso Social da Tecnologia Indígena e outras discussões: homenagem ao centenário de Berta Gleizer Ribeiro*, de 2024, organizado por Bianca França.

Os Yawalapiti, segundo o Instituto Socioambiental⁹, vivem na porção sul do Parque Indígena do Xingu região que ficou conhecida como Alto Xingu, com uma população de 309 pessoas, segundo dados de 2020 da Siasi/SESAI - Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena da Secretaria de Saúde Indígena. Pertencem ao tronco linguístico Aruak, e seu nome Yawalapiti é uma autodenominação que significa “aldeia dos tucuns”. A "aldeia dos tucuns" seria a localização mais antiga de que se recordam os Yawalapiti e está situada entre o Posto Diauarum e o travessão Morená, próximo à confluência dos rios Kuluene e Batovi. A atual aldeia dos Yawalapiti está situada mais ao sul, no encontro dos rios Tuatuari e Kuluene, distante cerca de cinco quilômetros do Posto Leonardo Villas Bôas. São

Atualmente, apenas quatro ou cinco indivíduos falam a língua yawalapiti, segundo Munurí são todos seus parentes. Predomina na aldeia as línguas kuikuro (da família Karib) e kamaiurá (da família Tupi-Guarani), em razão dos muitos casamentos interpovos, que ligam os Yawalapiti a esses grupos. No entanto, os Yawalapiti têm profundo interesse em recuperar sua língua e para isso têm contado com a assessoria de linguistas e de cursos de formação promovidos pelo Instituto Socioambiental, desde 2002.

Munurí é um grande defensor da preservação da cultura e língua dos Yawalapiti, tendo fundado uma pequena escola em sua nova aldeia, na qual consegue atender até 20 alunos por turno.

No ano de 2024, as terras indígenas de Capoto Jarina e do Parque Indígena do Xingu entre os municípios de São José do Xingu e São Félix do Araguaia, a 931 e 1.159 km de Cuiabá (MT), respectivamente, registraram um enorme incêndio com a formação de um “paredão de fogo”. Segundo o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa), foram mais de 110 mil hectares queimados. Os dados apontam que de janeiro a

⁹ ISA. **Povo Yawalapiti**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yawalapiti>. Acesso em: 09 de janeiro de 2024

setembro de 2024 o Parque perdeu 1,3% da área total, ou seja, foram 34,3 mil hectares queimados¹⁰.

Imagem 1. Paredão de fogo entre São José do Xingu e São Félix do Araguaia. 12 de setembro de 2024.



Fonte: Metrôpoles. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/paredao-de-fogo-se-forma-durante-incendio-em-terra-indigena-video>.
Acesso em: 09 de janeiro de 2025

No contexto dessas queimadas, secas e eventos climáticos intensos, o professor Paulo Munurí deu uma importante entrevista contando como seu povo vem sendo afetado e como estão tentando se adaptar aos eventos climáticos extremos.

Imagem 2. Munurí vestido para o Kuarup. Parque Indígena do Xingu (MT). 8 de setembro de 2024

¹⁰ Ver em: G1. **Parque Indígena Xingu que registrou paredão de fogo tem mais de 34 mil hectares queimados em MT.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/09/14/parque-indigena-xingu-que-registrou-paredao-de-fogo-tem-mais-de-34-mil-hectares-queimados-em-mt.ghtml>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Munurí.

Bianca França: Munurí, vou pedir para você começar a falar um pouco sobre você e sobre seu povo, pode ser?

Munurí: Ok. Meu nome é Munurí, sou da etnia Yawalapiti, vivo no Xingu. Recentemente, eu não moro mais com o meu povo na comunidade da Aldeia Grande. Eu abri minha nova aldeia junto com um grupo de famílias, aqui no município de Gaúcha do Norte, no Mato Grosso. Meu povo se chama Yawalapiti, somos do tronco linguístico Aruak. Vivemos mais ao centro do território indígena do Xingu.

Bianca França: Quais são as principais produções técnicas do seu povo? Vocês são conhecidos por algum tipo de produção técnica ou artesanato?

Munurí: Meu povo produz principalmente arcos e flechas para usar na caça e na pesca, né? E tem um tipo de flecha específica para pescar e um para caçar. Outra produção que somos conhecidos é pelo cultivo de mandioca. A mandioca é nosso alimento principal.

Mas fazemos também roças de milho e algumas frutas como melancia e banana. E essa é a principal produção do meu povo.¹¹

Bianca França: Como os eventos climáticos extremos, as ondas de calor, as chuvas, as inundações, secas, etc. estão impactando na produção e na vida do seu povo?

Munurí: Sobre essa questão do impacto climático, estamos passando por uma situação muito triste atualmente. O mundo mudou muito! Não está dando mais para produzir as coisas no tempo certo, plantar no tempo certo como a gente fazia. Não está dando certo mais. A situação do clima no mundo mudou bastante e assim muitas vezes nós perdemos nossos alimentos, nossa roça. E por causa disso a nossa alimentação está ficando fraca, ruim e insuficiente. Estamos ficando doentes. Nossas crianças, nossos jovens, todos nós!

A questão climática está nos enfraquecendo.

Quando o mundo muda, a nossa cultura também vai se enfraquecendo. Nós estamos perdendo o tempo em que a gente começava a plantar. Por exemplo, quando vamos fazer nosso roçado... começamos no final de abril, né? Então, vai até terminar agosto...

¹¹ Os Yawalapiti possuem como base de suas atividades a agricultura e a pesca. A caça está basicamente ligada a algumas aves como jacu, mutum, macuco, pomba e eventualmente os macacos-prego. Além de servir como alimento, as aves fornecem penas, que são utilizadas para a confecção de adornos. Algumas aves são, também, tidas como animais de estimação. A agricultura concentra-se no cultivo da mandioca brava, mas outras variedades de mandioca são plantadas em menor quantidade. Milho, banana, algumas espécies de feijão, pimenta, tabaco e urucum são algumas das outras espécies cultivadas.

Os rios da região são abundantes em peixe e, na época da seca, quando os rios baixam, os Yawalapiti utilizam redes (não-indígenas), anzóis, flechas e timbó (um tipo de cipó cuja seiva asfixia os peixes) para a obtenção deste alimento. A pesca é considerada uma atividade masculina dentro da aldeia.

A mandioca é plantada pelos homens, que derrubam, queimam e limpam as roças. As mulheres arrancam as raízes, carregam-nas, ralam-nas e espremem seu suco venenoso.

Depois que os homens fazem a pesca, a preparação do alimento na cozinha pode ser feita tanto por eles mesmos quanto pelas mulheres da casa. A manipulação da mandioca depois de plantada, contudo, é inteiramente feminina. As mulheres são também encarregadas do fornecimento de água na aldeia. São elas que fiam o algodão (também de plantação própria), tecem as redes e as esteiras de espremer mandioca, e preparam a pasta de urucum, o óleo de pequi e a tinta de jenipapo, usados na ornamentação corporal. Os homens fazem os cestos e os instrumentos cerimoniais (flautas e chocalhos). Realizam, também, todos os trabalhos em madeira (bancos, arcos, pilões, pás de virar o beiju, etc.). São ainda os homens que constroem as casas. Fonte: EncontroTeca. “**Povo Indígena Yawalapiti**”. Disponível em: <https://www.encontroteca.com.br/grupo/yawalapiti#:~:text=Os%20Yawalapiti%20possuem%20como%20base,para%20a%20confec%C3%A7%C3%A3o%20de%20enfeites..> Acesso em: 09 de janeiro de 2025

setembro. Esses meses já são o final do roçado. A gente já plantou. Só que com os impactos climáticos, o roçado já não está mais dando certo. Quando a gente planta nessa época, a roça já não cresce mais. Ela fica fraca e a gente perde tudo.

O que estamos fazendo? A gente agora muda o tempo do roçado esperando a chegada da chuva. A gente agora está começando a plantar no mês de setembro, e aí não morre muito as nossas plantações. Não perdemos tudo, certo? E, ainda assim, mesmo fazendo a mudança do tempo do roçado a seca impacta muito nas nossas atividades, na nossa produção e na nossa alimentação. Essa é a maior dificuldade que estamos enfrentando esse ano de 2024. Quer dizer, não é só esse ano, né? Isso começou desde 2021. Desde 2021 a gente já está sentindo o impacto das mudanças climáticas. É que vocês não estavam vendo antes. E agora estão também. E quando eu falo, eu estou falando das secas, tá? Não é alagamento, não é chuva. É seca!

Bianca França: Afeta a pesca e a caça também, certo?

Munurí: Sim! Afeta a pesca também. Nós mudamos o tempo da pesca porque até o tempo da chuva mudou também. Não chove mais no tempo certo, a chuva pode atrasar e assim a gente perde o tempo da pescaria. Por exemplo, hoje... esse ano... o rio está um pouquinho cheio ainda. Quando o “dono” dos rituais, quando acontece os nossos rituais como o Kuarup¹²... O “dono” desses rituais, o “dono” da festa, sai para pescar e o rio está cheio ainda, né? Então atrapalha... atrapalha o tempo que a gente pesca.

¹² O Kuarup é um ritual sagrado dos povos indígenas do Xingu, realizado para homenagear os mortos e encerrar o período de luto, geralmente um ano após o falecimento de parentes. A cerimônia, que dura dois dias, inclui etapas simbólicas como a ornamentação de troncos de madeira que representam os falecidos, a realização de pinturas corporais e nos troncos, a recepção de convidados de outras etnias, as homenagens em torno dos troncos, a luta ritualística Huka Huka entre guerreiros, a entrega dos ornamentos às famílias e, por fim, o lançamento dos troncos no rio Kuluene. Além de ser um momento de despedida e reverência aos mortos, o Kuarup é também um ato religioso que celebra Mavutsinim, a divindade criadora que, segundo a tradição, deu origem aos homens a partir dos troncos da árvore Kuarup. O ritual fortalece os laços sociais e culturais da comunidade, enquanto honra os ancestrais. Para saber mais sobre o Kuarup, ver: GUERREIRO (2015)

Bianca França: Eu queria te perguntar o que você acha que nós não-indígenas podemos fazer para ajudar a diminuir o impacto das mudanças climáticas na vida de vocês? O que nós podemos fazer para ajudar vocês?

Munurí: Bom, nós povos indígenas estamos lutando pela preservação do meio ambiente, né? Nós como indígenas estamos tentando controlar esses impactos ambientais. Nós tentamos combater o desmatamento, né? O que causa essas secas, a falta das chuvas ou o excesso de chuvas e os alagamentos, são vocês que estão à nossa volta, né? Desmatando onde fica os nossos limites de território, né? No entorno das nossas reservas.

Cada vez mais os não-indígenas, principalmente os fazendeiros, vão chegando perto das nossas terras. Desmatando nossas reservas. E isso está impactando muito, né? Eles contribuem para a seca até mesmo tocando fogo em tudo, né? Causando queimadas. Queimam aquelas roças grandes que eles fazem para a plantação de soja deles... para os bois deles...

A gente não faz assim. A gente não derruba essa quantidade de mata. A gente faz uma roça pequena... porque isso não impacta. A gente deixa para crescer as matas. A gente faz roça, planta, colhe e depois deixa para crescer a floresta ali de novo. Tudo normal. As árvores também para os animais viverem. Os fazendeiros não... eles incendeiam a mata. O incêndio mata as plantas, mata os bichos e nos mata! E é isso que está nos impactando.

Bianca França: Munurí, para terminar nossa entrevista... você tem algo que gostaria de acrescentar?

Munurí: Eu quero dizer para vocês que a gente está lutando, né? Todos os povos do Xingu. Estamos tentando fazer a preservação da nossa floresta. Nós sempre estamos unidos para defender a nossa terra e os nossos povos desses impactos que estão chegando. Essa é a nossa luta. Vocês podem nos ajudar se pararem de queimar, se

pararem de desmatar e se respeitarem os nossos territórios, as nossas vidas. Só isso já é um excelente começo. É isso que tenho para dizer.

Reflexões possíveis

Pensar uma História dos povos indígenas amazônicos brasileiros através de sua produção tecnológica e dos conhecimentos que dominam sobre o meio-ambiente, e como a crise climática afeta tal produção tecnológica e a vida dessas pessoas como um todo, não só dialoga com ramos como a Antropologia Ecológica, como recai nos ramos da História Ambiental e da História do Antropoceno.

A Antropologia Ecológica pode ser definida como “o estudo das relações entre dinâmica populacional, organização social e cultura das sociedades humanas e o meio-ambiente nos quais elas estão inseridas” (NEVES, 1996, p. 16). É um campo importante para entender as complexas interações entre cultura, sociedade e meio ambiente. Desde suas origens na Ecologia Cultural, ela evoluiu para uma abordagem mais dinâmica, que valoriza a adaptabilidade das sociedades humanas às condições ambientais. No Brasil, essa disciplina destaca a importância do conhecimento indígena e práticas sustentáveis que podem beneficiar tanto as comunidades locais quanto oferecer soluções para problemas ambientais globais. A Antropologia Ecológica defende abordagens interdisciplinares que reconhecem a interconexão entre cultura e ecologia, mostrando-se essencial para promover uma convivência harmônica com o meio ambiente.

A História Ambiental, segundo Pádua (2010), pode ser entendida como campo historiográfico institucionalizado que começou a estruturar-se no início da década de 1970. O autor define como uma investigação aberta e não reducionista das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais ao longo do tempo. Uma história da Longa Duração (BRAUDEL, 1965). “A história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos.” (BRAUDEL, Fernand *apud* MOORE, 2003, p. 431). Já o Antropoceno, é um conceito geológico que marca o período em que as atividades humanas impactam significativamente a Terra. Segundo Pádua (2023), o debate público sobre o Antropoceno começou em 2000, com o geoquímico Paul Crutzen e o ecólogo

Eugene Stoermer. Algumas características desse período incluem a aceleração do progresso tecnológico após a Revolução Industrial, o crescimento populacional devido a melhorias em saúde e alimentação, e a "Grande Aceleração", que abrange processos ambientais como as mudanças climáticas.

As consequências do Antropoceno incluem aumento da poluição, desmatamento, extinção de habitats e espécies, além de invasões biológicas. O autor destaca que, nesse contexto, a ação humana se tornou um agente geofísico que modifica as estruturas fundamentais do Sistema Terra. Afirma ainda, que o Antropoceno desafia a imaginação e a narrativa, necessitando de novos métodos para compreender a era atual. Ele destaca a importância da narrativa e da cultura visual na representação do impacto ambiental.

Diante do exposto, a entrevista com o professor Paulo Munurí evidencia a urgência de ampliar os diálogos entre os conhecimentos indígenas e as abordagens científicas contemporâneas sobre as mudanças climáticas. O relato de Munurí não apenas denuncia os impactos devastadores da exploração não sustentável sobre o meio ambiente e a cultura indígena, mas também reforça a resiliência e a luta dos povos do Xingu pela preservação de suas terras e tradições. O conhecimento tradicional, representado pelos Etnosaberes, oferece alternativas valiosas para práticas mais sustentáveis, mas sua sobrevivência está diretamente ligada à preservação do ambiente e ao respeito pelos territórios indígenas.

Nesse cenário, a historiografia desempenha um papel importante ao permitir uma análise crítica das transformações ambientais e culturais no tempo, conectando os eventos do passado às crises do presente. Ao revisitar a história da relação entre sociedade e natureza, a historiografia pode revelar padrões de exploração e marginalização que se perpetuam, além de destacar momentos em que práticas mais sustentáveis e colaborativas foram possíveis. A História Ambiental, em particular, contribui ao documentar as interações entre povos indígenas e seus ecossistemas, enfatizando como esses grupos têm desempenhado o papel de guardiões da biodiversidade.

Ademais, a historiografia pode fortalecer o reconhecimento dos Etnosaberes indígenas, valorizando a tecnologia e o conhecimento tradicional como parte da

construção de soluções para os desafios climáticos atuais. Ao inserir essas narrativas no centro do debate acadêmico e político, a história ajuda a redefinir as relações entre o homem e o meio ambiente, promovendo uma convivência mais equilibrada e justa. Assim, o compromisso da sociedade não-indígena deve ser não apenas com a sustentabilidade, mas também com a preservação das culturas indígenas e o respeito a seus direitos, essenciais para a construção de um futuro compartilhado e sustentável.

Dessa forma, cabe à sociedade ocidental repensar suas práticas e apoiar iniciativas que priorizem a proteção do meio ambiente e a valorização dos saberes indígenas. O compromisso com a sustentabilidade e o respeito aos direitos dos povos originários são essenciais para enfrentar os desafios do Antropoceno, um período que exige ações colaborativas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e construir um futuro mais justo e equilibrado para todas as populações e ecossistemas.

Referências

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A longa duração. **Revista de História**, Ano XVI, v. 30, n. 62, p. 261 – 294, abril – junho de 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. Impactos climáticos na tecnologia indígena amazônica brasileira: reflexões. **Congresso Scientiarum História 17: Ciências em Tempos de Barbáries: Silêncios, Invisibilidades e Entrelinhas**. Rio de Janeiro: Congresso Scientiarum História 17, UFRJ. 5 a 8 de novembro de 2024. Disponível em: <https://padlet.com/scientiarumhistoria/trabalhos-completos-tcp89pa0w4bhtpqs/wish/4b3zaM7N20qgZ2j7>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025

GUERREIRO, A. “Quarup: Transformações do Ritual e da Política no Alto Xingu.” **Mana**, 21(2), 2015, p. 377–406. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wWFsdqD7jwrFQtVBZCht6Wk>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025

MOORE, J. Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. **Organization and Environment**, v.16, n.4, p.431-58, dez. 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26162055>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025

MUNURÍ, Paulo. “O surgimento da música Wüpü (flauta) para o povo Yawalapiti”. In: FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro (Org.). **Novas Proposições para o Uso Social da**

Tecnologia Indígena e outras discussões: Homenagem ao Centenário de Berta Gleizer Ribeiro. Chapadinha (MA): Editora Alfa Ciência, 2024.

NEVES, Walter. **Antropologia Ecológica:** um olhar materialista sobre as sociedades humanas. São Paulo: Cortez, 1996

PÁDUA, José Augusto; SARAMAGO, V. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. **Topoi (Rio J)** [Internet]. v. 24, n. 54, p. 659–69, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HZsSJNVh6CbQTLzRKNNTWbP/?lang=pt#ModalHowcit> e. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estud. av.** [Online], v.24, n.68 p. 81-101, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025

RIBEIRO, Berta G. O índio brasileiro: *Homo faber, Homo luden*. In: RIBEIRO, Berta G. **A Itália e o Brasil Indígena**. Rio de Janeiro: Index Editora, 1983

RIBEIRO, Berta G. A linguagem simbólica da Cultura Material. In: RIBEIRO, Berta G.; RIBEIRO, Darcy (Org.). **Suma Etnológica Brasileira III: Arte Índia**. Petrópolis: Vozes/ FINEP, p. 15-28, 1986

RIBEIRO, Berta G. **Amazônia Urgente:** Cinco séculos de história e ecologia. Editora Itatiaia/EDUSP, 1990